

Desafios para a construção de indicadores territoriais para a população indígena no Brasil

Resumo

A partir da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro passa a reconhecer oficialmente o direito à diferença dos povos indígenas. As políticas públicas voltadas para estes povos passam por uma reorganização para readequá-las segundo o pressuposto de respeito às práticas socioculturais indígenas. Ao longo destes 30 anos de promulgação da Constituição Cidadã, foram implementadas políticas públicas nas áreas de território, educação, saúde e transferência de renda, no entanto persistem desafios na execução de políticas que sejam adequadas para a sociodiversidade brasileira. Neste sentido, o desenvolvimento de indicadores específicos para os povos indígenas é essencial para monitorar e avaliar estas políticas públicas e o respeito aos direitos indígenas. Este trabalho se concentrará na avaliação da garantia do direito originário dos povos indígenas no Brasil à posse permanente de terra tradicionalmente ocupada, conforme descrito no Artigo 231 da Constituição Federal. Considerando a potencialidade analítica da utilização de indicadores levantaremos os desafios conceituais e metodológicos na criação de indicadores de direitos territoriais indígenas no Brasil.

Objetivo

Com base em uma revisão bibliográfica sobre a construção de indicadores para populações indígenas descreveremos os desafios metodológicos para a criação de indicadores de direitos territoriais indígenas no Brasil.

Materiais e Métodos

Para este trabalho faremos uma revisão bibliográfica sobre propostas de indicadores sociodemográficos, econômicos e ambientais especificamente para as populações indígenas. Esta temática conta com produção relevante, desenvolvida no âmbito das discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Há desafios relevantes no desenvolvimento de indicadores para as populações indígenas, dentre os quais destaca-se: a falta de dados consistentes, a definição de metodologia para compatibilização das

informações, a definição de conceitos utilizados e o próprio engajamento dos povos indígenas no processo de coleta de dados e criação dos indicadores.

Para discutirmos estes desafios descreveremos o processo de criação de indicadores territoriais para as Terras Indígenas (TI) na Amazônia Legal, construído junto ao Instituto Socioambiental (ISA). Os dados utilizados foram recolhidos e organizados pelo ISA e retratam a situação fundiária e ambiental das Terras indígenas no Brasil.

Resultados

Foram calculados seis indicadores territoriais para 363 Terras Indígenas na Amazônia Legal. Para que os resultados facilitassem a comparação entre a situação de cada TI foram atribuídas notas de 0 a 1, em que 1 representa a melhor situação e 0 a pior situação.

A partir das informações de cada indicador um índice foi calculado, classificando todas as TI em cinco faixas, de 0 a 1, baseadas no Índice de Desenvolvimento Humano. O resultado dos indicadores e do índice buscou representar e quantificar o respeito aos direitos territoriais indígenas pelo Estado brasileiro. Todo o processo de definição de categorias e conceitos utilizados, metodologia de cálculo dos indicadores e do índice, e interpretação dos resultados será descrito no trabalho.

Conclusões

A utilização de indicadores para monitorar e avaliar políticas públicas direcionadas às populações indígenas tem grande potencial para facilitar o diálogo entre instâncias estatais de execução destas políticas e os povos indígenas. Assim, ainda que existam muitas diferenças entre as etnias no Brasil, há vantagens no desenvolvimento de indicadores que possam ser compartilhados entre todos os grupos, com destacada importância para a avaliação da garantia do direito de posse das Terras Indígenas.